



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cajazeiras
Governo do Município

Lei nº 1.885/2010, de 23 de março de 2010.

Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Nacional de Iluminação Eficiente – RELUZ, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; contratar financiamento com a Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa NACIONAL DE Iluminação Eficiente – RELUZ, das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, mediante contrato de financiamento a ser firmado com a Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, agente executor.

Art. 2º - Para atendimento das necessidades financeiras do Programa fica o Poder Executivo autorizado a realizar contrato de financiamento com a Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, com a intervenção do Banco do Brasil, até o montante de R\$1.118,635,74 (um milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), a ser aplicado no desenvolvimento, fornecimento de materiais e equipamentos, bem como implantação do Projeto.

Parágrafo único. Em garantia ao financiamento estabelecido nesse artigo fica o Poder Executivo autorizado a oferecer os créditos decorrentes do retorno do Fundo de Participação dos Municípios de sua competência, até o limite das obrigações do principal e do assessorio do valor financiamento, autorizando o Banco do Brasil a proceder as retenções no repasse de tala receita em cinquenta parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao encerramento das obras do objeto do Projeto.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial por Operação de Crédito até o valor de R\$ 1.118,635,74 (um milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o estipulado no artigo 2º, para uso exclusivo do Projeto.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial por anulação de dotação ou reserva de contingência até o valor de R\$ 1.118,635,74 (um



Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Cajazeiras
Governo do Município

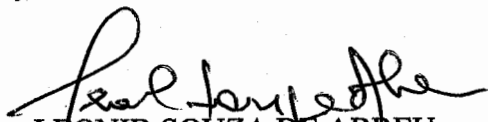
milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o estipulado no artigo 1º, para uso exclusivo do Projeto.

Art. 5º - Dos subseqüentes Orçamentos Anuais do Município constarão as dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes dos créditos especiais autorizados pela presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB, em 23 de março de 2010.


LEONID SOUZA DE ABREU
Prefeito Municipal